

Congresso terá mais controle sobre gastos

BRASÍLIA — A Constituinte concluiu ontem o Título do Sistema Tributário ampliando o controle do Poder Legislativo sobre despesas realizadas pelo Executivo. O Governo não poderá abrir crédito suplementar ou especial sem autorização prévia do Congresso. E, sem o consentimento expresso do Legislativo, não poderá também utilizar recursos dos Orçamentos Fiscal e da Previdência para cobertura de déficit das empresas, fundações e fundos mantidos pelo Poder Público; instituir fundos de qualquer natureza; e remanejar ou transferir recursos de um órgão para outro ou de uma categoria de despesas para outra.

A falta de acordo impediu que o plenário iniciasse a votação da Ordem Econômica, obrigando o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a encerrar a sessão. Ele argumentou que os entendimentos prévios sobre as matérias votadas têm dado resultados e serão necessários principalmente no Título da Ordem Econômica. Convocou nova reunião do plenário para hoje de manhã, mas condicionou a manutenção das sessões no fim de semana ao quorum que houver hoje.

-Pelos dispositivos mantidos ontem no texto constitucional, o Governo não poderá iniciar nenhum programa ou projeto que não esteja incluído no Orçamento, realizar despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais e efetuar operações de crédito que superem o montante das despesas de capital. Além disso, todo investimento cuja execução ultrapassar um exercício financeiro só poderá ser feito se estiver



Benito Gama, Jaime Santana, José Serra e Dornelles durante a votação

incluído previamente no Plano Plurianual ou se for autorizado por lei. Caso contrário, os responsáveis serão acusados de crime de responsabilidade.

A Constituinte definiu também os casos específicos para abertura de créditos extraordinários: despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Por 409 votos favoráveis e apenas dois contrários (dos Deputados João Alves (PFL-BA) e Fernando Gasparian (PMDB-SP)), o plenário aprovou emenda definindo o repasse das verbas orçamentárias para os Poderes Legislativo e Judiciário. De acordo com o texto, os recursos serão entregues aos órgãos legislativos e judiciários até o dia 20 de cada mês, sendo que a forma de repasse será

definida em lei complementar. A emenda alterou o texto do Centro, que determinava o repasse em duodécimos e até o dia 10 de cada mês.

Ainda pelo texto constitucional definido ontem, haverá controle sobre o aumento de salários, criação de cargos, alteração de quadros de carreira ou mesmo admissão de pessoal nos órgãos públicos. Eles só poderão ocorrer se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e sociedades de economia mista, e ainda se houver prévia dotação orçamentária capaz de atender às despesas.

A Constituinte definiu ainda que, se até o final do período legislativo o projeto de Lei Orçamentária anual não for devolvido para sanção presidencial, será promulgado como lei.

Ulysses: Trabalhos serão acelerados

BRASÍLIA — Sem fazer previsão sobre a data final dos trabalhos da Constituinte, o Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) afirmou ontem que, esgotado o título da Ordem Econômica, ela entrará em ritmo acelerado, definindo rapidamente as disposições transitórias e concluindo o segundo turno de votação sem maiores contratempos.

O Presidente da Assembléia rebateu as críticas à demora na elaboração da nova Carta e à superação de todos os prazos que estipulara, afirmando tê-la condicionado à inexistência de "acidentes de percurso".

O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, foi, no entanto, mais preciso. Em conversa telefônica com o Ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima, previu que no fim de maio o texto já estará votado em segundo turno.

Ulysses fez novo apelo aos constituintes para que não faltem às sessões, recorrendo à palavra-de-ordem do falecido Presidente Tancredo Neves: "Não vamos nos dispersar". Ele referiu-se com otimismo ao prazo para a promulgação da Carta, ressaltando que o trabalho legislativo sempre traz imprevistos.

Muitas vezes se anunciam tempestades e trovoadas e o céu está azul e não acontece nada. A elaboração legislativa é suscetível a muitos imprevistos, mas não acredito que eles possam acontecer daqui para a frente — concluiu.

Constituintes faltosos vão perder CZ\$ 25 mil por dia

BRASÍLIA — O constituinte que faltar a quatro sessões consecutivas ou sete intercaladas, será descontado, por dia, em 1/30 — cerca de CZ\$ 25 mil — da parte variável de seus vencimentos. A decisão, tomada ontem pela Mesa, entrará em vigor ao ser publicada no "Diário do Congresso", possivelmente hoje. O ato só admite faltas em consequência de missão oficial ou doença, atestada por médico.

Segundo o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), a medida deverá garantir a presença dos "incorrigíveis" — cerca de cem parlamentares que não se deixaram sensibilizar pelos constantes apelos à urgência da aprovação da nova Carta. Os limites de quatro faltas consecutivas e sete alternadas obrigam os constituintes a comparecer a pelo menos uma sessão por semana. No entanto, a contagem das faltas será feita mensalmente, voltando ao zero a cada dia primeiro.

Caberá à Mesa deliberar extraordinariamente sobre as justificativas informais não incluídas no ato. Não foram previstos, por exemplo, os casos de doenças graves na família. Ontem mesmo o Deputado Carlos Virgílio (PDS-CE) justificou sua ausência a uma das sessões em virtude da inter-

nação de seu pai, o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), submetido a uma cirurgia.

O Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-BA) informou que haverá o mais extremo rigor. Excluiu, por exemplo, a possibilidade de um parlamentar ser perdoado por fazer parte da comitiva presidencial, em viagem doméstica ou internacional.

Ulysses explicou que a decisão, além de ser mais eficaz, por punir economicamente os relapsos, evita alternativas como a suspensão do mandato. Marcelo Cordeiro aproveitou, então, para acrescentar:

— Fomos por exclusão. Mexer no mandato é uma coisa muito delicada, porque ele provém do voto popular. Vimos que a única penalidade efetiva seria a econômica.

Embora um parlamentar receba CZ\$ 81 mil fixos, seus vencimentos chegam a CZ\$ 807 mil, incluindo a parte variável. A diferença é paga a título de: encargos de gabinete (CZ\$ 340 mil), auxílio-transporte (CZ\$ 164 mil), auxílio-moradia (CZ\$ 103 mil) e as sessões extras — o jeton — (CZ\$ 118 mil). Descontar 1/30, por dia, dessa parte variável pode significar uma perda semanal de CZ\$ 100 mil aos faltosos.

Ordem Econômica: impasse adia votação

BRASÍLIA — O impasse nas negociações sobre a definição de empresa nacional, a exploração de minerais e a reforma agrária — principais pontos polêmicos do Título da Ordem Econômica — deverão paralisar o Plenário até terça-feira. A iniciativa da suspensão, tomada ontem pelos líderes do Centro — convencionados de que não conseguiriam reunir 280 votos favoráveis ao seu substitutivo —, não encontrou resistência por parte da Liderança do PMDB.

Ao suspender a sessão de ontem, o Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, apresentou como objetivo criar espaço para um acordo entre os grupos. A sessão de hoje foi mantida, mas os líderes do Centro admitiram que apenas na segunda-feira o grupo poderá obter apoio para aprovar suas propostas.

Se houver entendimento no fim de semana, o PMDB votará no substitutivo centrista, mantendo, no entanto, os 15 destaques sobre temas polêmicos. Sem acordo, o mais provável é um "buraco negro", pois tampouco o grupo do Líder do PMDB, Senador Mário Covas (SP), segundo alguns dos seus membros, conseguiu 280 votos para aprovar o texto da Sistematização.

Covas, está preocupado com a possibilidade de a proposta do Centro vir a ser aprovada sem acordo, graças aos votos dos peemedebistas



Albano Franco cola em Ulysses um adesivo de apoio à pequena indústria

identificados com aquela tendência — o que agravaria a cisão no partido. Ele tem procurado, em sucessivas reuniões, unir seus correligionários, do MUP ao Centro Democrático. Após participar de alguns desses encontros, o Deputado Marcos Lima (PMDB-MG), coordenador do Centro Democrático, concluiu ser possível manter o partido unido nos temas mais polêmicos. Já o Deputado Artur da Távola (PMDB-RJ),

"progressista", teme que os peemedebistas se dividam, como na votação do sistema de governo.

O Senador pensa que, se estiverem presentes 520 constituintes, o Centro poderá conseguir os 280 votos, na terça-feira. Por isso, seu grupo se esforçava para obter um acordo no fim de semana. Terminada a sessão de ontem, o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) reiniciou entendimentos com dirigentes do Centro.

Entre os pontos polêmicos, o que mais preocupa é a exploração dos recursos minerais. Alarmados com a informação de que o Conselho de Segurança Nacional estaria apoiando o texto original, que prevê a nacionalização do setor, os líderes do Centro procuraram o Chefe do Gabinete Militar, Rubem Bayma Denys, Secretário do Conselho. O Ministro tranquilizou-os afirmando que o CSN não se pronunciou sobre o assunto. Segundo afirmam líderes do Centro, a informação fora divulgada por constituintes ligados a Severo Gomes.

O Centro já admite a nacionalização das jazidas situadas em zonas de fronteiras, em terras indígenas e de minerais estratégicos, mas não aceita a total exclusão do capital estrangeiro, como prevê o anteprojeto da Sistematização.

Sobre empresa nacional, o Centro quer uma definição bem ampla. "Empresa nacional é aquela com sede no País e constituída sob as leis brasileiras", diz o Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos negociadores dos centristas. Ele não descarta a ideia de que as empresas de capital nacional tenham a proteção governamental, inclusive com reserva de mercado em alguns setores.

Os debates sobre reforma agrária ainda não começaram. O tema está incluído em outro capítulo.

Empresários defendem projeto do Centro

BRASÍLIA — A aprovação, na íntegra, do projeto do Centro para o Título da Ordem Econômica foi defendida ontem por dirigentes de entidades empresariais, durante almoço promovido pela União Brasileira de Empresários (UBE), na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo o Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Coordenador Nacional da UBE, Antônio Oliveira Santos, a Constituinte tem que consagrar o capitalismo moderno, incentivando a livre iniciativa e reduzindo a interferência do Estado na economia.

Para Santos, o encontro de ontem foi o início da mobilização destas entidades, que pela primeira vez em 40 anos reunem-se com objetivos comuns. Ele defendeu a liberdade e a consciência de cada Constituinte, mas alertou para os perigos de uma economia estatizada, atacando os segmentos "de esquerda". Santos garantiu que a entidade não pretende exercer pressão sobre os parlamentares, mas deixou claro que a proposta do Centro — que acredita será vencedora no plenário — é a que mais agrada ao setor empresarial por reduzir a ingerência do Estado na economia.

O trabalho dos empresários junto aos Constituintes deverá ser reforçado nos próximos dias. A CNI preparou quadro — que será distribuído aos Constituintes nas votações da Ordem Econômica — revelando a inoperância dos setores estatizados e mostrando a participação da livre iniciativa no Produto Interno Bruto (PIB). A UBE está levantando pontos que devem ser alterados na segunda votação da Constituinte. Em reunião na quinta-feira, os empresários identificaram a necessidade de supressão de dispositivos aprovados pelo plenário com relação aos direitos dos trabalhadores, entre eles o turno máximo de seis horas para trabalho ininterrupto.

A supressão de dispositivos aprovados no Capítulo da Ordem Social foi defendida também pelo Presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Andib), Cristiano Franco Netto, que considerou inadmissível a manutenção da licença-paternidade e do direito amplo de greve. Ele é a favor também da participação do capital estrangeiro na economia nacional, porque "através desta necessária poupança externa" o País voltará a crescer, oferecendo mais empregos aos trabalhadores.

Pressão da UDR inclui uso de cabos eleitorais

BRASÍLIA — A UDR está trazendo a Brasília os cabos eleitorais mais influentes de cada região para pressionarem os Constituintes na votação do Capítulo da Reforma Agrária. Segundo o Presidente da entidade, Ronaldo Caiado, este trabalho vem sendo feito há 30 dias e apresenta resultados positivos.

A entidade detectou nas bases dos deputados e senadores os cabos eleitorais mais influentes, colocando-os em contato com os Constituintes. Estes encontros estão sendo registrados em relatórios, indicando a receptividade de cada parlamentar às teses propostas pela entidade. A partir deste relato, a UDR tem conseguido montar um quadro com o perfil de cada um dos Constituintes, controlando dia a dia o número de votos a favor das propostas que defende.

Nas bases municipais, a entidade tem interferido também na indicação de candidatos para as Prefeituras e Câmaras de Vereadores, utilizando este poder de fogo para convencer Constituintes que pretendem disputar as eleições.

Ronaldo Caiado admitiu, porém, que seu trabalho político não se limita à aprovação pela Constituinte do direito da propriedade. Tenho visto que as Convenções municipais são casuísticas, que o Delegado do partido não representa a



Caiado: 'Precisamos mudar tudo'

vontade do povo. Por isso, acho que devemos mudar toda a estrutura política do País — afirmou, acrescentando que a UDR poderá controlar cerca de um terço das Prefeituras.

Como mais uma forma de pressionar os constituintes, a UDR vai promover o "Dia Nacional da Mobilização pela Livre Iniciativa", quando for iniciado o segundo turno das votações. A entidade espera reunir em Brasília mais de dois mil representantes das associações empresárias, rurais e urbanas.

Os temas polêmicos da Ordem Econômica

Concelho de empresa nacional

1. Emenda do Centro — "Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País a sua sede e administração."

§ 1º — "Será considerada empresa brasileira de capital nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital votante esteja, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidade de direito público interno."

§ 2º — "A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma de lei complementar específica, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades consideradas estratégicas à defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento tecnológico do País."

§ 3º — "O Poder Público dará tratamento preferencial à aquisição de bens e serviços produzidos no País por empresas brasileiras."

2. Texto da Comissão de Sistematização — "Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno."

§ 1º — "Será considerada empresa brasileira de capital estrangeiro a pessoa jurídica constituída, com sede e direção no País, que não preencha os requisitos deste artigo."

§ 2º — "A lei instituirá programas destinados a fortalecer o capital nacional e melhorar suas condições de competitividade interna e internacional mediante incentivos e benefícios fiscais e creditícios diferenciados e proteção especial às atividades consideradas estratégicas para a defesa nacional ou desenvolvimento tecnológico."

§ 3º — "Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional."

Presença do capital estrangeiro no País

1. Emenda do Centro — "Os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e as prerrogativas constitucionais."

2. Texto da Sistematização — "Os investimentos de capital estrangeiro serão admitidos, exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei."

Intervenção do Estado na economia

1. Emenda do Centro — "A intervenção no domínio econômico e a exploração direta pelo Estado de atividade econômica só serão permitidas quando comprovadamente necessárias para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei."

2. Texto da Sistematização — "A intervenção do Estado no domínio econômico e o monopólio só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevantes interesses coletivos, conforme definidos em lei."

Política mineral

1. Emenda do Centro — As jazidas, minas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento. A proposta exclui da União a propriedade das jazidas minerais e demais recursos naturais e condiciona a empresa brasileira de capital nacional a exploração de minérios em áreas indígenas ou faixas de fronteira.

2. Texto da Sistematização — Afirma a condição da União como proprietária dos recursos minerais para efeito de exploração e restringe à empresa nacional a pesquisa e lavra destes bens nas faixas de fronteiras e áreas indígenas.

Distribuição de derivados do petróleo

1. Centro — Não faz qualquer referência ao assunto.

2. Sistematização — Nacionaliza o setor ao considerar esta atividade monopólio da União.

Usucapião urbano

1. Centro — Reconhece o direito do usucapião para aquele que ocupar o imóvel de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e de boa fé. As desapropriações urbanas só serão feitas mediante indenização prévia, em dinheiro.

2. Sistematização — Não impõe como condição para o usucapião a comprovação de boa fé do ocupante do imóvel. E nos casos de desapropriação, prevê o pagamento do terreno também em títulos da dívida pública.

Reforma agrária

1. Centro — Garante o direito de propriedade do imóvel rural cujo uso corresponda a uma das quatro funções sociais.

2. Sistematização — Estabelece que o imóvel rural só cumprirá função social quando reunir, simultaneamente, quatro condições básicas quanto à propriedade: 1) for racionalmente aproveitado; 2) conservar os recursos naturais e preservar o meio ambiente; 3) observar as disposições legais que regulam as relações de trabalho; e 4) favorecer o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Quêrcia levará líderes a Sarney

SÃO PAULO — Será na próxima quarta-feira o encontro do Governador Orestes Quêrcia com o Presidente José Sarney para discutir o encaminhamento da questão econômica nacional, com lideranças empresariais e sindicais paulistas. A reunião estava marcada anteriormente para terça-feira, mas o próprio Presidente Sarney telefonou para o Governador de São Paulo comunicando a sua transferência para

o dia seguinte, a fim de assegurar a participação no encontro do Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O encontro será na Granja do Torto e contará também com a presença de diversos representantes da área econômica do governo, incluindo os Presidentes dos Bancos do Brasil, Central e Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, além da Caixa Econômica. De acordo com as

informações do Palácio Bandeirantes, o encontro começará às 9h30m, sem previsão de término.

Na próxima segunda-feira, o Governador voltará a reunir no Palácio dos Bandeirantes as lideranças empresariais e sindicais. A ideia é alinhar nesse encontro preparatório as principais sugestões e propostas a serem discutidas com Sarney.